

REVISTA



FETAPE



Publicação da Federação dos
Trabalhadores Rurais Agricultores
e Agricultoras Familiares do
Estado de Pernambuco

Filiada à Contag, CUT, Dieese e
Ceal

Edição Especial
Abril | 2023

PLANTAR SONHOS, COLHER ESPERANÇA!





REVISTA FETAPE - 60 ANOS

Publicação da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco Filiada à Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares – Contag, Central Única dos Trabalhadores e das Trabalhadoras - CUT de Pernambuco, Departamento Intersindical de Estatísticas de Estudos Socioeconômicos - Dieese e Conselho Latino Americano e Caribenho de Educação Popular - Ceal
Edição Especial
Abril | 2023

DIREÇÃO

Diretora Presidenta
Cícera Nunes da Cruz

Diretor Vice-Presidente
Adelson Freitas Araújo

Diretor de Finanças e Administração
Paulo Roberto Rodrigues Santos

Diretora de Organização e Formação Sindical
Maria Jenusi Marques da Silva

Diretor de Política Agrícola
Antônio Neto Marcelino de Sousa

Diretora de Política Agrária
Maria do Rozário Sousa de França

Diretora de Política para as Mulheres
Adriana do Nascimento Silva

Diretor de Política para a Juventude
José Severino Silva (Dedé)

Diretor de Política para Terceira Idade e Idosos e Idosas Rurais
Adimilson Nunes de Souza

Diretora de Política do Meio Ambiente
Ivanice Maria da Silva Melo

Assessoria de Diretorias

Gabriela Moreira d'Assumpção Torres
Antenor Martins de Lima Filho
Mônica Katarina Tavares Benevides
Jaiana Campos da Silva
Adauto Bezerra de Melo Filho
Marcelo Carlos Oliveira Pinto
Domenica Rodrigues dos Santos Silva
Ana Maria Ramos da Silva Pereira
Yullianna Cybelle de Souza Ferreira
Maria Amália da Silva Marques

EXPEDIENTE

A revista Fetape 60 anos é uma publicação coordenada pela diretoria executiva da federação

Produção de conteúdo:

Assessoria de Comunicação
Gleiceani de Souza Nogueira
Ylka Etienne de Oliveira Cordeiro
Emerson da Cunha de Sousa

Colaboradoras(es)

Gabriela Moreira D'assumpção Torres
Bruno Ribeiro
Antenor Martins de Lima Filho
Andrea Lucia
Inês Belarmino
Jaiana Campos da Silva
Mônica Katarina Tavares Benevides
Adauto Bezerra de Melo Filho
Maria Amália Marques
Domenica Rodrigues

Fotos Gerais

Ana Lira
César Ramos
Arquivo Fetape

Revisão Ortográfica

Emerson da Cunha de Sousa

Agradecimentos

Aos/as trabalhadores e trabalhadoras rurais agricultores e agricultoras familiares

Projeto Gráfico e Diagramação

Maria Júlia Andrade Gomes

Impressão

Provisual

Sede da Fetape

Rua Gervásio Pires, 876, Boa Vista,
CEP: 50050-070 – Recife – PE.
Fone: (81) 3421-1222.
E-mail: fetape@fetape.org.br
Site: www.fetape.org.br
Facebook: fetape_oficial
Instagram: fetape_oficial



Editorial

“Plantar sonhos, colher esperança”. Em 60 anos de lutas e resistências, seguimos firmes na defesa de direitos de agricultores e agricultoras familiares de Pernambuco. Conquistamos e avançamos no compromisso com o desenvolvimento rural sustentável solidário no estado. Batalhamos por políticas sociais para a mulher e o homem da zona da Mata, do Agreste e do Sertão.

Celebramos seis décadas num contexto bastante adverso. A última década foi marcada pelo golpe que retirou a presidenta Dilma Rousseff do governo e pela ascensão da extrema-direita ao poder. Perdemos políticas sociais fundamentais para a garantia de uma melhor qualidade de vida para as pessoas, principalmente no Brasil rural. O país voltou ao Mapa da Fome e temos mais de 33 milhões de pessoas passando necessidades. Também perdemos mais de 600 mil irmãs e irmãos vítimas da pandemia da covid-19. Foram momentos desafiadores para o Movimento Sindical Rural de Pernambuco.

Foram anos de muitos aprendizados e de ressignificação do nosso jeito de ser e atuar. Vivemos tempos de transformações com o uso de tecnologias e plataformas digitais. Tudo isso sem perder de vista o chão da nossa prática e o diálogo com os agricultores e agricultoras. A federação é uma força para Pernambuco e para o país. Elegemos e reelegemos representantes legítimos da agricultura familiar para a Assembleia Legislativa de Pernambuco e para a Câmara Federal: Doriel Barros e Carlos Veras, respectivamente. Garantimos a vitória do companheiro Lula, que representa a esperança de dias melhores e a volta das políticas sociais.

Nesta revista especial dos 60 anos da Fetape, anunciamos nossas inúmeras conquistas para a categoria da agricultura familiar em Pernambuco e também os desafios que nos ajudam a refletir e a projetar como queremos estar daqui a mais 60 anos.

Assim, companheiras e companheiros, desejo que possam apreciar cada notícia, artigo e fotografia que marcaram mais uma década de avanços nessa caminhada que compartilhamos juntas e juntos!

Boa leitura!

Viva a Fetape!
Viva os sindicatos!
Viva a Contag
Viva o MSTTR-PE!
Viva a agricultura familiar!

Cícera Nunes
Presidenta da Fetape





Sumário

4 Fetape: transformações na última década e perspectivas

Quando uma mulher avança, todas avançam **8**

10 Conquista dos direitos previdenciários rurais é um dos marcos nos 60 anos da Fetape

Organização e estrutura sindical do MSTTR de Pernambuco – 60 anos de história **12**

14 Uma trajetória da gestão política, administrativa e financeira da Fetape

Agricultura familiar agroecológica vem se consolidando na vida e prática sindical **16**

20 Marcha das Margaridas: pela força e organização das mulheres do MSTTR-PE

Fetape segue firme e atuante na luta pela regularização fundiária e no combate à violência no campo **22**

26 A construção dos espaços participativos da juventude no Movimento Sindical Rural

Um olhar atento aos processos de envelhecimento e o reconhecimento a pessoas da terceira idade, idosos e idosas pelas contribuições ao MSTTR-PE **29**

30 Eleições 2022 – Plantamos sonhos, colhemos esperança!

Depoimentos de ex-presidentes **32**

33 Depoimentos gerais

Fetape: transformações na última década e perspectivas

Em 2022, a Fetape completou 60 anos. Se fosse uma pessoa, diríamos que chegou à terceira idade. O aprendizado acumulado nesse tempo preparou a Fetape para os principais desafios da próxima década: conquistar definitivamente a sustentabilidade ambiental, reverter a mudança climática, fortalecer a democracia ameaçada, ampliar a produção agroecológica de alimentos, e reconquistar as políticas públicas e os direitos atacados com selvageria nesses últimos 10 anos.

Nessa década recente, vivemos fatos fundamentais para o futuro do Brasil e de toda a humanidade. Uma década que se iniciou com a eleição da 1ª mulher presidenta e que está concluindo com a promissora reeleição de Lula. Uma vitória coletiva, que é mensageira da esperança do povo brasileiro e, sem exagero, das esperanças da população mundial que, sem o Brasil, não conseguiria vencer a crise climática e as ameaças à vida em nosso planeta.

Dilma foi alvo de preconceitos machistas, impedida de governar, sendo, ao final, destituída com a fraude golpista de um *impeachment* sem crime de responsabilidade. Logo em seguida, Lula teve a vida vasculhada e devassada como nunca antes no Brasil, mas nenhum crime foi provado. Apesar de inocente, foi preso através de processos manipulados por autoridades abjetas.

Lula e Dilma foram os símbolos do que se queria atacar e destruir no Brasil. Mas não foram os alvos principais, embora sofrendo diretas, pessoais e repugnantes violações.

Os alvos principais foram a democracia, a soberania popular, o Estado brasileiro; os direitos do povo, a previdência, o crescimento do salário mínimo, a distribuição de renda e de oportunidades; as florestas que se desejava queimar e destruir; as terras dos povos originários e dos quilombolas se que se queria invadir para garimpar e grilar; os sindicatos que eram desejados inviabilizados e eliminados; e a política e a agenda da esquerda, que era preciso criminalizar para alcançar objetivos sórdidos, espúrios e fascistas.

Esse ambiente hostil e esquisito em que o Brasil foi mergulhado produziu um governo fascista de ultradireita, que fez do ódio, do preconceito e da violência, o centro das prioridades, desmontando as políticas públicas inclusivas e os principais órgãos do Estado. Para a nossa indignação, o país retornou ao Mapa da Fome, essa que, a cada dia, voltou a afligir dezenas de milhões de pessoas. Foi um período muito duro para os direitos, para a igualdade e, em especial, para a agricultura familiar.

Contra tudo isso e para defender os direitos de agricultores/as familiares, o MSTTR se mobilizou e foi às ruas nessa última década. Ao lado de outras forças sindicais e sociais, foram conquistadas vitórias importantes, com a redução de muitos danos, como na reforma que pretendia extinguir a previdência rural especial.

Em escala global, foi nessa década que o planeta mostrou que a crise ambiental está se tornando irreversível e uma ameaça real à vida das gerações atuais, não mais um problema apenas para as “gerações futuras”. Com estiaagens prolongadas, tempestades devastadoras e outras calamidades extremas, as mudanças climáticas confirmaram o acerto das escolhas e da missão da Fetape, dos STRs filiados e da agricultura familiar. Ou seja, que a vida sustentável na Terra exige uma agricultura saudável, camponesa e ecológica, com baixa emissão de carbono. Que não pode haver mais espaço para a agricultura que desmata, que incendeia, que envenena, que grila, que escraviza.

Artigo por **Bruno Ribeiro**, advogado





A pandemia da covid-19 foi outro fato gravíssimo na última década. O convívio das pessoas e as economias foram paralisados pela força poderosa de um invisível microrganismo, em uma situação inédita na história humana. Milhões de pessoas morreram e, no Brasil, mais de 600 mil vidas perdidas poderiam ter sido evitadas se não fosse o negacionismo genocida de um desgoverno que combateu as medidas de distanciamento e retardou a aquisição de vacinas, de forma criminosas. A tragédia não foi maior, porque milhões de trabalhadores/as rurais, na agricultura familiar e no assalariamento rural, continuaram trabalhando todos os dias, se expondo ao risco do contágio, para produzir alimentos e, por isso, não houve desabastecimento e colapso nas cidades brasileiras.

Não por acaso, há 60 anos, algumas dessas ameaças já estavam presentes. No berço do MSTTR, a democracia também estava sob ataque. Quando a Contag e a Fetape mal completavam 2 anos de vida, logo foi 1964, com uma ditadura militar

que, por 21 anos, reprimiu os trabalhadores rurais e a sociedade em geral. Uma ditadura feroz, que manipulou os mesmos engodos atuais de falso culto à família, a Deus, à pátria e à liberdade, ideais que, na verdade, foram duramente reprimidos, a cada dia, nas décadas que se seguiram.

Também os direitos dos trabalhadores rurais eram violados quando a Fetape nasceu, em 1962. Com efeito, os direitos mais elementares ainda não haviam chegado no campo, apesar de terem sido criados cerca de 20 anos antes, por meio da CLT, em 1943. Para reivindicar esses direitos, para lutar pela reforma agrária e pela soberania popular, a Fetape foi fundada. Com as mesmas missões e princípios pelos quais luta até hoje.

Em Pernambuco, a Fetape sempre teve posições pioneiras e de vanguarda. Basta lembrar um só exemplo: em 1979, quando a federação comandou as primeiras greves históricas de trabalhadores/as após 15 anos da ditadura militar de

1964, no mesmo momento do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, na época dirigido por Lula, o nosso presidente agora reeleito.

Essa vocação pioneira continuou bem presente na última década. Com a eleição de Cícera Nunes como primeira mulher presidenta da Fetape em Pernambuco, reconheceu-se o papel central das agricultoras e deu-se uma resposta firme ao crescimento das violências cotidianas contra as mulheres e dos feminicídios odiosos no país. Também a eleição e a reeleição de Doriel Barros e de Carlos Veras, jovens agricultores e dirigentes formados no MSTTR, foram uma resposta organizada aos duros ataques aos direitos e à política.

Ao recordar a bela caminhada da Fetape em 6 décadas, bem como na última delas, é inevitável lembrar de tempos duros, de ameaças poderosas e bem difíceis, como esse texto tentou resumir. Mas todas elas foram vencidas pela Fetape, pelos seus sindicatos filiados e pela Contag!



Do golpe em Dilma e na democracia até a vitória de Lula, decorreram apenas 6 anos para que o povo e o Movimento Sindical Rural de Pernambuco, coordenado pela Fetape, vencessem os golpistas e fascistas. Foi um período tão sombrio que nos pareceu uma eternidade ou uma noite escura e longa, que temíamos não ter um fim breve. Mas foi pouco tempo na história do país, sobretudo diante das forças poderosas que a Fetape e o povo tiveram que derrotar!

Com a vitória de Lula e da democracia, novas perspectivas se abrem para a Fetape e para tudo de importante que ela representa. Perspectivas imensas. Da mesma proporção e tamanho dos desafios principais para a próxima década, resumidos no início desse texto.

Com certeza, esses desafios serão enfrentados e vencidos com o mesmo antídoto eficaz que o MSTTR e o povo brasileiro utilizaram para superar os pesadelos recentes: a capacidade de sonhar e de lutar para fazer com que esses sonhos se tornem transformações reais.

Essas novas tarefas apenas se iniciaram com a expressiva vitória nas eleições recentes. De fato, as nossas principais tarefas não se encerraram com o fundamental exercício soberano do voto, com a eleição de Lula e de outros representantes estratégicos, pois a reconquista dos direitos, das políticas inclusivas e a consolidação da democracia exigem participação ativa e permanente no ato de decidir e de governar.

Isso para que esse país obscuro em que vivemos nos últimos anos - às vezes, visível por perto de nós, em nossas famílias e amigos - fique definitivamente para trás, perecendo de vez e rapidamente após o fracasso das atuais arruaças golpistas e as suas grotescas rezas heréticas em muros de quartéis ou em torno de pneus.

A prática cotidiana da democracia participativa que a Fetape sempre manteve em suas ações, interna e externamente, deve ser exemplo para que nunca mais se viva, no Brasil, outros retrocessos profundos nos direitos e na cidadania, como os que vivemos na última década e que acreditávamos ser impossível ocorrer.

FETAPE

60
anos

DE LUTA



“Quando uma mulher avança, todas avançam...”

Cícera Nunes – Primeira mulher a ocupar o cargo da presidência na Fetape celebra quatros anos do primeiro mandato de sua gestão e 60 anos de uma das maiores federações do país

“Nasci numa família que tem paridade de gênero”. Cícera Nunes da Cruz, 46 anos, sempre carrega, em sua fala, a importância da igualdade de direitos para mulheres e homens e a necessidade de enfrentamento ao machismo ainda presente na sociedade. Ela é uma das cinco mulheres de uma família sertaneja, constituída também de mais cinco filhos homens. Ficou orfã de mãe aos 11 anos de idade, e os/as dez irmãos e irmãs também ainda eram crianças. A igualdade de gênero é uma referência em sua vida, pois foi a defesa por direitos dentro e fora do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Pernambuco (MSTTR-PE) que construiu o caminho para que assumisse a presidência da Fetape em setembro de 2018.

A federação realizava o 10º Congresso Estadual de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Pernambuco (CETTR-PE)

e celebrava 56 anos. A direção com a chapa Unidade e Resistência na Luta foi eleita, tendo a primeira mulher presidenta, para gestão do quadriênio 2018-2022. O ano de 2018 foi um marco para o MSTTR-PE, com a implementação da paridade de gênero e a cota de 20% de participação da juventude rural.

Teve uma infância difícil, com poucas políticas sociais para o município onde morava. Não havia escolas na comunidade onde nasceu, Pilãozinho, no sertão de Serra Talhada, onde vivia com a família. Isso a fez despertar para a importância de ações coletivas. “Desde a infância, sonhava em estudar, ter acesso a direitos, sonhava em ser engenheira agrônoma. Tinha uma visão de mundo e percebia que não poderia ficar só lá no sítio”, conta Cícera.

O pai, seu Joaquim Nunes, era sindicalista. Para a filha estudar, colocou a condição de que ela teria que levar almoço na

roça, além de cuidar da plantação, buscar água com uma lata de 18 litros na cabeça, cuidar de animais, cuidar das irmãs crianças e da colheita. Assim, ela caminhava 18 quilômetros para estudar. Iniciou o primeiro ano de estudo aos 12 anos. Não havia transporte. O único jumento que a família tinha servia para carregar água e os legumes da roça para dentro de casa.

“A educação que nós, mulheres, recebíamos era a de que deveríamos casar. Esse não era meu sonho. Eu estudei, me articulei com a igreja na comunidade, com a Fetape, com o sindicato da agricultura familiar, passei a ser da pastoral de jovens. Passei a conviver com jovens urbanos e rurais e a conhecer outros mundos. Tive professores muito progressistas nessa época. Uma delas, a professora Risoneide Ramos, disse: ‘Cícera, você é filha de seu Joaquim Nunes, do sindicato? Vou trazer uma ficha para você se filiar ao PT [Partido dos Trabalhadores, do qual

Cícera ocupa atualmente o diretório nacional]’. Isso em torno de 1994 ou 1995. Ela levava jornais de notícias do PT. Eu lia muito, me articulava”, lembra sua trajetória.

Referências sertanejas: Vanete Almeida, Manoel Santos, Luce-nir Santos e Antônio Filho

Cícera conviveu e conheceu de perto a trajetória da liderança feminista e sindical Vanete Almeida, que fez um trabalho potente no Sertão no início da década de 1980 a 1990. A presidenta recorda de quando era criança e ouvia Vanete, então assessora da Fetape, falar para as mulheres e homens de sua comunidade. Um dos livros escritos por Vanete, intitulado “Ser mulher num mundo de homens”, fez Cícera refletir sobre o que significa para uma mulher sair do espaço doméstico, romper com o preconceito e o machismo enraizados na sociedade e ocupar o espaço público – por décadas de domínio dos homens.

“Ela levava projetor e lençol branco para colocar na parede, para as comunidades, e fazia cinema pra gente. Minha comunidade assistia filmes sobre lutas de Margarida Maria Alves [paraibana, morta por latifundiários por defender direitos da classe trabalhadora rural], Chico Mendes, Fetape, Contag e outras lideranças sindicais”. Vanete também foi responsável pela construção do Movimento de Mulheres Rurais do Sertão Central, no Nordeste. Em 1996, tornou-se coordenadora internacional da Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe (Rede LAC) e foi indicada ao Prêmio Nobel da Paz, em 2005. Vanete morreu vítima de um câncer em 2012.

A outra liderança sindicalista que a inspira é o ex-deputado estadual, primeiro agricultor a ocupar assento na Assembleia Legislativa de Pernambuco e ex-presidente da Fetape e da Contag, Manoel Santos, que



faleceu em 2015. Desde a juventude, Cícera ouvia as falas de Manoel, em Pilãozinho onde nasceu, e em Poço do Serrote, assentamento em que mora hoje; depois, no sindicato de Serra Talhada, Fetape, Contag e no PT, quando assumiu a Diretoria de Formação no sindicato e integrou a Comissão Estadual de Jovens (Cejour) da Fetape.

Ser a primeira presidenta mulher da Fetape – Cícera assumiu quando Jair Bolsonaro foi eleito presidente, no ano de 2018. Logo depois, em 2020, veio a pandemia do coronavírus. Foi preciso reinventar a gestão de uma federação com 175 sindicatos espalhados por regiões (Mata, Agreste e Sertão) tão distintas nas características econômicas, sociais, políticas e culturais. Além do desafio de assumir, como primeira mulher, a gestão da Fetape.

“Mesmo tendo paridade, não é fácil ser presidenta num mundo de homens. Não há um equilíbrio em 100% dentro do movimento sindical e outros espaços.

Estar em reuniões e espaços de poder em que as mulheres não são maioria é um desafio. Porém, as mulheres, quando estão à frente, têm uma visão mais ampla, mais humanitária, inclusiva, com equidade e coletiva”, avalia.

No dia 8 de junho de 2022, Cícera foi reeleita presidenta da Fetape no 11º Congresso Estadual, com 256 votos. Para os próximos quatro anos (2022 – 2026) Cícera afirma que continuará a pautar a ocupação das mulheres nos espaços de poder, o fortalecimento da agricultura familiar em Pernambuco, a organização da produção de alimentos e do crédito rural, da reforma agrária, o apoio às candidaturas orgânicas nos municípios para aumentar a representatividade da agricultura familiar na política partidária, meio ambiente, agroecologia, o fortalecimento dos sindicatos e da Fetape, entre outras pautas importantes para uma melhor qualidade de vida de mulheres e homens do campo.

Conquista dos direitos previdenciários rurais é um dos marcos nos 60 anos da Fetape



O ponto de partida dos direitos previdenciários no Brasil se deu em 1923, com a Lei 4.682, mas, só a partir da Lei 5.889, de 1973, o/a trabalhador/a rural foi contemplado/a com uma pequena conquista de direito, ainda que de forma assistencial e, mesmo assim, no valor de meio salário mínimo para o chefe de família, ou seja, a mulher só seria contemplada se fosse solteira e responsável financeiramente pela família.

Os benefícios eram concedidos com homologação do Ministério Público e já contava, à época, com a participação, mesmo que indireta, dos sindicatos de trabalhadores rurais, que auxiliavam o/a trabalhador/a com a organização de documentos no processo de requerimento do benefício previdenciário.

Porém, a partir da Constituição Cidadã de 1988, veio o reconhecimento do direito previdenciário ao/a trabalhador/a rural, com a Lei 8.213, de 1991. Embora a Constituição Federal reconhe-

cesse, ao/a trabalhador/a rural, os benefícios previdenciários, o INSS continuava negligenciando esse direito, o que fez com que MSTTR continuasse na luta para assegurar que todo/a trabalhador/a rural, proprietário/a ou não, tivesse seu direito reconhecido.

Após muitas lutas e manifestações, em 1995, a Contag conquistou um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o INSS, que permite o desconto da mensalidade sindical nas aposentadorias rurais ou pensões por morte. Em contrapartida, passou a participar ativamente da formação do processo de requerimento de benefício, através dos sindicatos, emitindo a Declaração de Atividade Rural (DAR), que facilitava a concessão dos benefícios previdenciários aos/as trabalhadores/as rurais em todo o Brasil.

Apesar da conquista do ACT, ainda foram vivenciados muitos problemas para o acesso a esse direito, como falta

de infraestrutura nas agências, poucos/as servidores/as e lentidão na concessão do benefício, o que levou a Fetape a realizar várias manifestações, ocupações de agências e reunião com as diretorias do INSS ao longo desses anos.

Ainda na busca de assegurar a cobertura do direito previdenciário a todo o/a trabalhador/a rural, o MSTTR, por meio da Contag, em 2018, assinou mais um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o INSS, dessa vez, no sentido de permitir que os sindicatos pudessem transmitir o requerimento de benefício junto à plataforma digital do INSS. Nessa modalidade, aderiram, ao ACT, em Pernambuco, 139 sindicatos filiados à federação.

A Fetape e os sindicatos, para assegurar uma melhor estrutura física e de recursos humanos, fizeram investimentos na aquisição de computadores e impressoras, no acesso à internet, em recursos humanos e, principalmente, em um amplo processo de capacitação e formação sobre a complexa Legislação Previdenciária e suas constantes modificações.

Toda essa história fez com que o MSTTR deixasse de ser apenas um reivindicador na luta pelos direitos e passasse a ser também um parceiro na execução dessa importante política pública.

Reforma da Previdência - Com o golpe dado na presidenta Dilma em 2016, o governo federal propôs, no Congresso Nacional, a mais perversa



Reforma da Previdência, propondo a obrigatoriedade da contribuição previdenciária aos/as trabalhadores/as rurais.

Mais uma vez, o MSTTR organizou uma ampla mobilização dos/as trabalhadores/as rurais em todo o país. A Fetape, em Pernambuco, realizou, nos primeiros meses de 2019, grandes audiências públicas que reuniram mais de 10 mil agricultores e agricultoras familiares, como também inúmeras audiências públicas municipais para pressionar os deputados federais a retirarem os/as trabalhadores/as rurais da Reforma da Previdência.

No início de 2020, no auge da pandemia, a Fetape, por meio da Diretoria da Vice-Presidência, enfrentou enorme desafio para assegurar o atendimento ao/à trabalhador/a rural no requerimento de benefício previdenciário junto ao sindicato, orientando o atendimento via canais remotos e adotando as medidas de proteção à covid

tanto para dirigentes sindicais e funcionários como para trabalhadores/as, assegurando a continuidade dos requerimentos dos benefícios previdenciários.

“Assumimos o papel, à época da pandemia, de coordenar os trabalhos junto aos sindicatos, com permanente acompanhamento do processo de formação, mesmo que de forma online, com treinamentos, oficinas e discussões sobre a Legislação Previdenciária e a operacionalidade do novo sistema INSS Digital em todos os polos sindicais”, destacou o vice-presidente da Fetape, Adelson Freitas.

A LUTA NÃO PODE PARAR!

A Fetape tem pela frente o desafio de implementar o novo ACT/INSS/Digital, convênio firmado entre Contag/INSS em 03/11/2022 - Hoje, a Fetape conta com 157 sindicatos aptos a aderir ao novo convênio, desafio que vai exigir, da Diretoria da Vice-Presidência,

empenho no sentido de viabilizar que todos os 175 sindicatos a ela filiados executem essa modalidade de parceria com o INSS. Entretanto, outro importante desafio é implementar uma estratégia de educação previdenciária diretamente para agricultores e agricultoras familiares, para que, assim, desde os/as mais jovens até o/as mais próximos da aposentadoria possam compreender a importância do direito previdenciário e se organizar para ter acesso a essa política pública.

“Relembrar essa história de 60 anos da Fetape na luta pelo direito à previdência rural só nos enche de orgulho e do sentimento de que estamos cumprindo nossa missão. Hoje, Pernambuco conta com mais de 600 mil trabalhadores e trabalhadoras rurais recebendo os benefícios previdenciários junto ao INSS. Com certeza, a luta não para aqui!”, conclui Adelson Freitas.

Organização e estrutura sindical do MSTTR de Pernambuco – 60 anos de história

Relembrar os 60 anos de história da Fetape é também falar da organização e estruturação dos primeiros sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais em Pernambuco

Nossa história começa antes mesmo da fundação da Fetape. Surge na década de 1950, com a organização das Ligas Camponesas e a associação de trabalhadores e trabalhadoras rurais na zona da Mata pernambucana. Mesmo a Lei Sindical, de 1931, que reconhecia o direito dos trabalhadores se organizarem em sindicatos, assinada por Getúlio Vargas, não valia para os então denominados “trabalhadores e trabalhadoras rurais”, pois só reconhecia a organização sindical urbana.

Porém, depois de muitas lutas, os trabalhadores e trabalhadoras rurais que estavam organizados em ligas camponesas, associações mútuas e grupos ligados à Igreja Católica decidiram fundar os primeiros sindicatos dos trabalhadores rurais. A primeira organização sindical em Pernambuco foi o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, na Mata Sul, fundado em 1954. A Lei Sindical exigia, para o reconhecimento oficial do sindicato, que recebesse a carta sindical, conhecida popularmente como a “Carta do Milho”, emitida pelo Ministério do Trabalho.

Nessa época, a categoria conhecida como “trabalhador/a rural” era considerada pessoa física, proprietária ou não, que explorasse atividade no campo em caráter permanente ou tempo-



rário, com remuneração de terceiros ou para sustento próprio. Então, desde o seu surgimento, os primeiros sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais reuniam, na mesma entidade sindical, assalariados/as rurais e posseiros/as, proprietários/as, arrendatários/as, etc.

A Fetape é fundada, então, em 06 de junho de 1962. A partir da organização de sindicatos e, a partir desse momento, a principal missão era fundar sindicatos em outras regiões do estado. Até o início da década de 1980, já eram 130 sindicatos. Nesse período, as direções dos sindicatos eram majoritariamente formadas por homens, mesmo as mulheres rurais constituindo boa parte da base e da luta das companheiras, foi instituída a obrigatoriedade da cota de 30% de mulheres em todas as instâncias do MSTTR, no 2º Congresso Nacional

Extraordinário de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (CNETTR), em outubro de 1999, provocando, assim, uma importante mudança na estrutura e na organização sindical, gerando mais participação, igualdade e democracia no movimento sindical rural e levando à conquista da paridade de gênero em 2013, no 11º CNTTR.

Outra importante mudança na estrutura sindical ocorreu em 2005, com a aprovação da cota de 20% de juventude no 9º Congresso Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais (CNTTR), fruto de intensas mobilizações, organização de comissões e encontros da juventude rural, ampliando, assim, sua participação e democratizando os espaços políticos no MSTTR.

Essas mudanças se concretizaram no movimento sindical

rural de Pernambuco em 2017, com a deliberação de aprovação da paridade de gênero e a cota de no mínimo 20% de juventude. A luta de mulheres e jovens por mais participação e atuação na Fetape possibilitou, no 10º CETTR-PE, a eleição da primeira mulher presidenta da federação nos seus 56 anos de vida.

Das diversas mudanças ocorridas na organização e na estrutura sindicais, ao longo desses 60 anos, talvez a que mais impactou o MSTTR tem início no ano de 2013, com o risco do surgimento de diversas entidades específicas para fora do sistema Contag, o seu Conselho Deliberativo Ordinário Ampliado, deliberou pela estruturação de dois sistemas sindicais autônomos e harmônicos, um para representação sindical de agricultores e agricultoras familiares (Contag) e outro para representação dos assalariados e assalariadas rurais (Contar).

A Fetape, a partir dessa deliberação, em 2015, definiu pela representação específica dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares, deixando de ser uma entidade de categoria eclética, isto é, representando mais de uma categoria dentro da mesma entidade sindical (assalariados/as rurais e agricultores/as familiares). Inicia, assim, pela Diretoria de Organização e Formação Sindical, um conjunto de ações visando a reorganização da estrutura sindical. Essa mudança possibilitou, em Pernambuco a fundação da Fetape, a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais de Pernambuco, que representa exclusivamente essa categoria.

As mudanças na sociedade também afetam a vida sindical nesse sentido. A partir de 2015, a direção da Fetape define colocar a estrutura sindical no mundo digital, desenvolvendo um sistema próprio de automa-

ção e gestão sindical chamado FetapeSindWeb, que possibilita, aos sindicatos, terem seu banco de dados, lista de sócios/as e gestão financeira no formato digital, qualificando assim sua gestão e organização sindical. Em 2022, fechamos o ano com 124 sindicatos utilizando o sistema.

“Após 60 anos de história, ainda temos muitos desafios a serem enfrentados para fortalecer nossa organização e estrutura sindical. Para nos mantermos fortes e na luta pelos direitos dos agricultores e agricultoras familiares, é fundamental cuidarmos da regulamentação da situação legal dos STRs, com o registro dos respectivos dados no Cadastro Nacional de Entidades Sociais (CNES), atualização e registro dos estatutos sociais em cartório, entre outras providências”, avalia a diretora de Organização e Formação Sindical, Jenusi Marques.

Hoje, a Fetape possui 175 sindicatos filiados, sendo que 153 fizeram o processo de alteração estatutária para representação específica da agricultura familiar, 125 já receberam o registro sindical, e 137 STRs alteraram os seus estatutos para cumprir a paridade de gênero e a cota de juventude.

As conquistas e vitórias ao longo dos 60 anos de vida da Fetape só foram possíveis porque existe uma sólida estrutura sindical, que sustenta e fortalece sua organização, que como diz o hino da Fetape: *“do pó da palha da cana, um grito de liberdade, e este grito ecoou, pelo Agreste e Sertão, despertando os lavradores do sono da opressão, e as mãos que plantavam sozinhas, de repente se dão, num cultivo consciente regado pela união, assim nasce os sindicatos e a nossa federação”*.



Uma trajetória da gestão política, administrativa e financeira da Fetape

Ao longo dos 60 anos de história da Fetape, a sustentabilidade política, administrativa e financeira do MSTTR tem sido um desafio. Nos primeiros anos de existência, os sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais não possuíam nenhuma estrutura física e financeira, pois até mesmo a Lei Sindical, criada por Getúlio Vargas, dificultava a organização sindical no campo. Os primeiros sindicatos se organizavam nas casas de seus/suas dirigentes ou nas salas emprestadas de organizações como igrejas e associações.

Com o passar dos anos, ocorreram diversas discussões sobre como melhorar a sustentabilidade política, administrativa e financeira do MSTTR, que é fundamental para dar o suporte necessário à organização da luta. Desde o retrocesso vivido em 2016 no mundo sindical rural e urbano, com a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência, logo em seguida, a chegada da pandemia do coronavírus, a crise política e econômica vivida no Brasil aumentariam ainda mais os desafios em torno da gestão e da sustentabilidade financeira do MSTTR-PE.

Entre os desafios enfrentados nessa trajetória, estão as **crecentes disputas pela representação sindical no campo**, que vem exigindo uma maior organização legal e da estrutura sindical para defesa da representatividade da categoria. Nesse contexto, foi necessário compreender o significado da **representação e da representatividade sindical** e seus impactos políticos, administrativos e financeiros. A partir de 2015, a organização dos dois sistemas de

representação sindical, um para agricultores e agricultoras familiares e outro para assalariados e assalariadas rurais ainda apresenta enormes desafios sobre a gestão e funcionamento dos Sindicatos em Pernambuco, especialmente no que diz respeito à unidade política e à sustentabilidade político-financeira.

Entretanto, a importância da sustentabilidade político-financeira levou o Movimento Sindical Rural, no seu 9º CNTTR, em 2015, aprovar a Política Nacional de Fortalecimento das Entidades Sindicais (PNFES). Desde então a Fetape vem implementando ações na execução desta política, como oficinas, campanha de quitação e sindicalização, cursos, seminários, treinamentos, dentre outros.

Porém o MSTTR ainda precisava superar o desafio da dependência da sustentabilidade financeira do convênio Contag/INSS (desconto automático via autorização dos/as aposentados/as). Em janeiro de 2021, a confederação inicia a campanha nacional de sindicalização Sindicato de Portas Abertas, integrando todo o sistema confederativo (STR-Fetags-Contag), e em março de 2021 a Fetape faz o lançamento no estado em um Conselho Deliberativo, para aumentar a sindicalização de jovens, mulheres e pessoas idosas, para que a consolidação da sustentabilidade financeira seja pautada na contribuição da categoria, especialmente na contribuição social (mensalidade social/ mensalidade de boca de caixa), abrindo-se espaço, inclusive, para outras formas de arrecadação.



É essencial manter a articulação entre a ação sindical e a sindicalização como uma estratégia política e democrática, formativa e informativa, na qual o sindicato seja identificado como representante político da categoria trabalhadora rural agricultor e agricultora familiar sendo o principal canal de participação na construção de lutas, mobilizações e políticas públicas.

Portanto, o debate sobre sustentabilidade político-administrativo-financeira é de responsabilidade do conjunto do MSTTR-PE. A Diretoria de Finanças e Administração mantém seu compromisso coletivo, articulado entre as ações formativas, dialogando com a base e fazendo reflexões sobre as mudanças necessárias para garantir o fortalecimento dos nossos sindicatos no estado.

O caminho ainda a percorrer exige ousadia e ações articuladas entre o sistema confederativo e, principalmente, disposição para o diálogo e construção coletiva, de modo a fortalecer a relação de pertencimento das lideranças, funcionários/as e a base ao Sistema Confederativo.

Somente um MSTTR organizado, estruturado e com sustentabilidade política, administrativa e financeira, será capaz de enfrentar os desafios que virão para a reconstrução de um país, com mais justiça social, solidariedade e igualdade.

LINHA DO TEMPO DA SUSTENTABILIDADE POLÍTICO-ADMINISTRATIVO E FINANCEIRA DE PERNAMBUCO 2012/2022

Fortalecimento e qualificação da gestão política, financeira e administrativa

Entre 2012 e 2022, na estratégia de execução PNFES, além de promover capacitação, conhecimento e informação de práticas de gestão interna administrativa e financeira, fortalecendo as nossas organizações sindicais, as oficinas de sustentabilidade político-financeira nos polos sindicais, Plano Sustentar, proporcionaram um diagnóstico que permitiu identificar e apresentar dados da real situação financeira do MSTTR-PE e apontar caminhos para a construção de uma campanha de sindicalização qualitativa.

Ampliação de mutirões sindicais, oficinas de base e outras estratégias de mobilização

Os mutirões sindicais realizados em 2019, juntamente com toda a direção nos 10 polos sindicais, promoveram unidade na ação, na direção dos sindicatos envolvidos e a Fetape. Importante destacar que as visitas porta a porta foram o momento mais rico dessa ação, nas quais a acolhida e a escuta direta das necessidades dos agricultores e agricultoras proporcionaram colher conhecimento e semear esperança. Conhecimento para o agricultor e a agricultora de que o sindicato ainda existe e continua lutando para defender e garantir a qualidade de vida no campo, e esperança de poder viver no campo com dignidade. As oficinas de base, promovidas pela Contag, proporcionaram debater sobre a agricultura familiar no âmbito da agroecologia, bem como mapear informações sobre organização e organicidade sindical e seus desafios, estratégias e compromissos do sistema confederativo (sindicatos, federações e Contag). Com esses momentos, foi possível perceber as especificidades de cada polo/região e identificar ações prioritárias para sustentabilidade político-financeira do MSTTR.

Investimento na gestão interna e reestruturação tecnológica

Em 2020, um ano muito desafiador, com a pandemia, foi necessário pensar em novas estratégias, técnicas e práticas para manter as ações de luta por direitos dos agricultores e agricultoras. Com o cuidado de não sermos agentes transmissores do vírus, garantimos estruturas com todo o protocolo de segurança sanitária e proteção da vida. E, nesse contexto, investimos fortemente nas tecnologias, contratando pessoal, equipamentos e serviços e fazendo capacitações para realizações de eventos virtuais no momento de afastamento social. Construímos processos e procedimentos de funcionamento interno, e elaboramos um manual para contribuir na orientação da organização e da gestão interna dos setores, diretorias, polos e centros sociais. Também foram possíveis reestruturação e reforma em alguns polos sindicais e centros sociais.

Qualificação da gestão e organização sindical

Mesmo com o desafio do afastamento social, garantimos ações na base, por meios das tecnologias virtuais. Com a mudança para formato digital do envio das autorizações e revalidações do convênio Contag/INSS, realizamos oficinas de capacitação de novos processos de sindicalização e revalidação, nas quais foi possível orientar e capacitar os STRs ao formato digital. Ainda em 2020, foi possível realizar oficinas formativas em gestão e organização sindical, juntamente com a Diretoria de Organização e Formação Sindical, que gerou uma cartilha e vem contribuindo na qualificação da gestão e organização interna dos STRs

Ampliação e garantia da sustentabilidade político-financeira do MSTTR-PE

O lançamento da campanha nacional de sindicalização Sindicato de Portas Abertas, com foco nas revalidações das autorizações, fortaleceu em Pernambuco essa ação, escutando toda a base para construir uma campanha de processos qualificados para a sustentabilidade política financeira. A campanha promoveu aproximação de antigos e novos associados e associadas para os STRs, resgatou o diálogo sobre a importância da contribuição sindical da agricultura familiar, como também a importância da regularização e da atualização estatutária. A campanha ainda tem um grande desafio de continuar na atualização cadastral dos sócios e sócias aposentados e aposentadas e na promoção de novas sindicalizações de “boca de caixa”, a fim de torná-la a principal contribuição sindical.

Agricultura familiar agroecológica vem se consolidando na vida e prática sindical

O Movimento Sindical Rural do Brasil e, em especial, de Pernambuco, coordenado pela Fetape, vem passando por transformações bastante significativas com a dissociação da categoria de assalariado e assalariada e a representação específica da agricultura familiar. Desde 2015, por conta da legislação imposta pelo Estado brasileiro, temos a responsabilidade e o compromisso de defender, representar e buscar políticas públicas para milhares de famílias de agricultoras e agricultores familiares, que vivem e produzem seus alimentos para o consumo próprio e vendem o excedente nos mais diversos espaços de comercialização. Sem esquecer os princípios agroecológicos norteados pelo nosso Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PADRSS), que, entre outros importantes princípios, busca assegurar a produção de alimentos e renda de forma sustentável, proporcionando vida saudável para o homem e a mulher do campo.

A Fetape, a partir do seu conjunto de diretorias, em especial, as diretorias de Política Agrícola, Meio Ambiente e Mulheres, vem trabalhando incansavelmente para dar respaldo para que a federação assuma o protagonismo da agroecologia no estado, fortalecendo ainda mais os espaços de discussão já constituídos, como é o caso da Articulação Semiárido de Pernambuco (ASA-PE) e da Rede de Sementes Crioulas do Agreste Meridional (Semeam).

Ao longo desses últimos dez anos, reconhecendo o importante trabalho com as sementes, foram proporcionados vários momentos de reflexão com a realização, em parceria com a Contag, de três oficinas entre os anos 2016 e 2017.

A partir desse acúmulo, a Fetape promoveu o 1º Seminário Estadual de Sementes Crioulas do Movimento Sindical Rural de Pernambuco com a participação de dirigentes, lideranças e agricultores e agricultoras familiares de todos os polos sindicais. Esse evento foi o pontapé inicial para que a Fetape e os sindicatos filiados iniciassem um processo de empoderamento nessa temática e realizassem, através de uma emenda do deputado estadual Doriel Barros, o primeiro projeto de valorização e preservação das sementes crioulas no estado de Pernambuco, denominado de “Sementes da Vida”, em 2022.

“O deputado estadual Doriel Barros não só apoiou a aprovação do Programa Estadual de Aquisição de Alimentos (Peaaf), que possibilitou um aporte de recursos de R\$ 10 milhões para o campo, como também criou a emenda parlamentar de apoio às sementes crioulas. Fundamental para trabalharmos com a pauta da agroecologia e que permitiu realizarmos um mapeamento das sementes em nosso estado. Essa emenda também apoiará uma produção de alimentos com mais qualidade, sem agrotóxicos”,

destaca o diretor de Política para a Terceira Idade, Idosos e Idosas Rurais, Adimilson Nunis.

Com a proposta de ampliar cada vez mais a discussão dentro do Movimento Sindical Rural sobre a agroecologia, iniciou-se, em 2019, a prática de aquisição de produtos agroecológicos para o consumo de uma alimentação saudável nos eventos realizados pela Fetape e, ao mesmo tempo, proporcionando um movimento interno de comercialização da produção de agricultores/as familiares da nossa base. Essa experiência-

cia mostrou a necessidade de ampliar cada vez mais a participação dos agricultores e agricultoras familiares

no processo de comercialização da produção através de feiras agroecológicas.

Também, naquele mesmo ano, foi implantada a feira agroecológica na sede da federação, em Recife. Atualmente, outra feira organizada e apoiada pela Fetape funciona em frente à Assembleia Legislativa



Pernambuco, nas quartas-feiras. Outro destaque é a participação em grandes feiras do estado, como a Feira da Exposição de Animais, a feira da Conferência da Saúde, a feira da Conferência de Mudanças Climáticas e a participação, pela 1ª vez, na 29ª Agrinordeste, com a presença de agricultores e agricultoras familiares de todo o estado. “A gente plantava e vendia na feirinha lá mesmo. Lá, os preços eram baratos



de Lagoa de Itaenga, na Mata Norte.

Outro marco no fortalecimento do debate da agroecologia dentro do MSTTR foi a realização, em outubro de 2019, do I Seminário Integrado da Agroecologia. Cerca de 80 dirigentes sindicais

de todo o estado participaram do evento e lançaram uma carta em que assumiram o compromisso com o fortalecimento da agricultura familiar de base agroecológica. Dentre as ações, destacaram-se: a organização de feiras agroecológicas, a realização de intercâmbios de experiências, o resgate das sementes crioulas e o estabelecimento de parcerias com universidades públicas para formação em agroecologia.

“Posso dizer que esse seminário marcou o início do debate dessa temática de forma mais ampla pela nossa federação. Os agricultores e agricultoras familiares participaram ativamente. E sabemos da importância da agroecologia na nossa vida, na alimentação saudável e sustentável para nossa sociedade. A cooperação de todos/as foi especial. Para isso, precisamos cada vez mais intensificar a nossa produção agroecológica nas feiras, nos debates e na vida de todos e todas”, lembra a ex-diretora de Políticas para o Meio Ambiente e atual representante do conselho fiscal da federação, Rosenice Nalva.

No ano de início da pandemia da covid-19, em 2020, a Fetape realizou diversas campanhas de arrecadação de alimentos da agricultura familiar, que foram doados para as populações periféricas que se encontravam em estado de insegurança alimentar no campo e na cidade. Também a Fetape teve um papel primordial na construção da lei que instituiu o Programa Estadual de Aquisição de Alimentos de Pernambuco (Peaaf), que será importantíssimo e fundamental para ampliar os meios de comercialização dos produtos da agricultura familiar no estado.

“Para que a agricultura familiar agroecológica

continue acontecendo, é importante que continuemos a fortalecer as parcerias existentes e o trabalho de formação com os nossos sindicatos. Compreendemos que um mundo melhor ocorre a partir de um modelo de produção sustentável, que preserve a natureza e alimente a população com comida saudável e livre de veneno”, avalia o diretor de Política Agrícola da Fetape, Antônio Neto.

A agroecologia pode ser vista como oportunidade para valorização e fortalecimento da agricultura familiar a partir do Projeto Alternativo Rural Sustentável e Solidário (PADRSS) do MSTTR, e como forma de se contrapor ao projeto do agronegócio e em prol de uma cultura de sustentabilidade socioambiental, aponta Ivanice Melo, diretora de Política do Meio Ambiente da Fetape.

“Vemos como um grande desafio esse processo de transição do convencional para o orgânico, mas devemos adotar práticas produtivas saudáveis de sustentabilidade e melhores condições de vida. É preciso acompanhar as políticas públicas, valorizar e apoiar as feiras orgânicas, cobrar assistência técnica para esse público, valorizar a produção e dar condições de comercialização. A formação e a informação ao combate ao uso de agrotóxico também deve ser prioridade, pois a vida se renova a cada dia”, coloca Ivanice, sobre a atuação da diretoria na gestão que iniciou em 2022.

Projeto Mulheres e Juventudes Pela Agroecologia e pelo Fim de Todas as Formas de Violências



Em 2021, a Fetape iniciou um projeto inédito e piloto com a Casa da Mulher do Nordeste (CMN), que pretende fortalecer as identidades e autonomia das mulheres e das juventudes, fortalecendo sua organização produtiva para a segurança alimentar e nutricional e a geração de renda. Em três anos, o projeto quer avançar na incidência política com outros movimentos sociais, contribuindo para a efetivação de políticas públicas para a agricultura familiar de base agroecológica e pela superação de todas as formas de violência contra as mulheres.

A iniciativa contempla mulheres e jovens de cinco territórios: Região Metropolitana do Recife (RMR), Mata Sul, Agreste Meridional, Sertão do Pajeú e Sertão Central de Pernambuco. As ações são realizadas a partir de três eixos de atuação: formação política e técnica; organização social e produtiva, comercialização e geração de renda; e formulação de políticas públicas para fortalecimento da vida das mulheres e jovens dos territórios. O projeto também tem a

a parceria na execução com Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), do Centro Sabiá e conta com o apoio da Agência de Cooperação Internacional Misereor.

“O projeto potencializa e expande, cada vez mais, esse debate junto a nossa base, aproximando ainda mais as mulheres e juventudes dos STRs, mas também amplia o intercâmbio com as mulheres urbanas. Traz também a importância da agroecologia na vida das mulheres e da sociedade como um todo. Vem também para potencializar ações que já desenvolvemos na Diretoria de Mulheres e na construção coletiva, com outras diretorias da federação, que trazem o debate da agroecologia. Dentro do MSTTR-PE foram as mulheres que primeiro trouxeram essa pauta. Olhando para a Marcha das Margaridas, para a pauta da fome, a agroecologia é uma pauta constante em nosso cotidiano. Esse projeto com a Casa da Mulher do Nordeste

vem para ampliar essa ação”, afirma a diretora de Política para as Mulheres da Fetape, Adriana do Nascimento.



Cadastrros em dia, acesso ao crédito rural e fortalecimento de cooperativas e associações

A Fetape, por meio da Diretoria de Política Agrícola, atuou para o fortalecimento do acesso ao crédito rural, a produção e a comercialização de alimentos agroecológicos, a fundação da União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Pernambuco (Unicafes), o garantia-safra e outras ações fundamentais para o desenvolvimento rural sustentável e solidário em Pernambuco.

Em fevereiro de 2021, a Unicafes foi fundada durante assembleia virtual, devido ao isolamento social em razão da pandemia de coronavírus. A articulação viria a trazer melhores condições de trabalho e renda para as cooperativas. O lançamento contou com a presença da Fetape, do deputado federal Carlos Veras, do deputado estadual Doriel Barros, da Contag e da Unicafes nacional e estaduais.

A comercialização também foi um eixo importante de trabalho na última década. Segundo o ex-diretor de Política Agrícola, Adimilson Nunis, atualmente diretor de Políticas para a Terceira Idade, o acompanhamento amenizou a figura do atravessador para o escoamento dos alimentos. “Também olhamos para as feiras agroecológicas, que estão sendo um sucesso. Temos feira na sede da Fetape, no Recife, e na frente da Assembleia Legislativa de Pernambuco, todas as quartas-feiras”, disse.

O diálogo com o governo estadual também propiciou um aporte de recursos em situações emergenciais para famílias em



situação de dificuldades devido à pandemia de covid-19. “O deputado estadual Doriel Barros também apoiou o campo com a defesa do Programa Estadual de Aquisição de Alimentos (Peaaf), que se tornou uma política pública e trouxe um recurso de R\$ 10 milhões”, lembrou Nunis.

Outro projeto importante do deputado Doriel foi a aprovação da Lei Ordinária 2778, de 2021, que dispõe sobre o livre acesso e circulação de sementes e mudas de cultivares locais ou crioulas. O objetivo é preservar a agrobiodiversidade, a viabilização de acesso a sementes pelos agricultores e agricultoras e o incentivo à produção de alimentos.

Mais uma luta conquistada foi o garantia-safra, que, após articulações e diálogos com o governo federal, aprovou uma parcela de mil reais para ser paga às famílias agricultoras do Nordeste. “Conseguir esse feito dentro do governo Bolsonaro foi uma estratégia muito positiva”, enfatiza o diretor.

Foram inúmeras as conquistas. A capacitação não parou. Sindi-

catos em todo o estado foram formados para emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), instrumento fundamental para o acesso às políticas públicas. Agora, a DAP será substituída pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF).

O cadastro serve para identificar e qualificar as unidades familiares de produção rural. A partir do dia 1º de novembro, o CAF passou a ser exigido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para acesso a programas e políticas públicas de geração de renda e fortalecimento da agricultura familiar.

O ano de 2022 termina com mais uma emenda parlamentar do deputado federal Carlos Veras, que apoiará o mapeamento de cooperativas e associações no estado. “A emenda viabilizará o potencial econômico de nossas organizações. E, em 2023, teremos uma feira da agricultura familiar para mostrar à população do Recife, capital, que a agricultura familiar é forte e atende a população do campo e da cidade”, conclui Adimilson Nunis.

Marcha da Margaridas: pela força e organização política das mulheres do MSTTR-PE

“Nós que vem sempre suando, esse país alimentando...somos nós, as Margaridas.” Assim como na letra da canção, as mulheres trabalhadoras rurais de Pernambuco têm aberto os caminhos para que novas margaridas possam chegar e avançar na luta das mulheres no Movimento Sindical Rural de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (MSTTR).

Do chão da caatinga no território do Sertão, lugar onde emergiam problemas políticos e estruturais que potencializam os impactos de secas severas e as dificuldades de acesso à água para beber, cozinhar e lavar, nasce um processo de auto-organização política das mulheres na década de 1980. De chão patriarcal machista e racista, mulheres não apenas do Sertão, mas também do Agreste e da zona da Mata se organizam e fincam o pé em comunidades rurais para mobilizar companheiras para um dos maiores atos feministas de rua da América Latina: a Marcha das Margaridas, que ocorre a cada quatro anos em Brasília (DF).

De 2000 até agora, foram 23 anos de caminhadas em sete edições da Marcha das Margaridas. Grupos, comissões, redes e movimentos de mulheres foram se constituindo com a força da caminhada. “A marcha tem proporcionado a visibilidade das mulheres do campo, das águas e da floresta para a sociedade e para o mundo, além do fortalecimento do movimento sindical. Nesses 23 anos, temos conquistado avanços importantes, como a paridade de gênero nas instâncias deliberativas do MSTTR, a pauta da agroecologia como condição para garantia da soberania e da segurança

alimentar e nutricional, e o surgimento do debate sobre o feminismo no movimento, temas que têm sido pauta no processo de construção da Marcha”, lembrou a diretora de Política para Mulheres da Fetape, Adriana do Nascimento.

Ela também citou a Campanha de Documentação das Mulheres Camponesas para garantir o direito à certidão de nascimento, carteira de identidade e outros documentos necessários para acessar políticas sociais. “A titulação da terra em nome da mulher foi uma conquista da marcha. Conquistamos o Ater Mulher. Quando estava prestes a sair do papel, após golpe sofrido pela presidenta Dilma, o ex-presidente Michel Temer vetou o edital que estava em passos de execução”, lamenta a diretora.

Na avaliação da secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag, Mazé Moraes, a atuação da Marcha das Margaridas tem mostrado sua capacidade para reafirmar seu caráter de diálogo e de proposição, apresentando pautas de reivindicações cada vez mais qualificadas, além de um crescente poder de mobilização. Ainda de acordo com Mazé, inicialmente, as mulheres apresentaram um conjunto

como a ampliação dos direitos de seguridade social, assistência e previdência social, políticas de saúde e educação, e reforma agrária com acesso à terra para as mulheres.

“Foi no processo de realização da marcha que começamos a demandar acesso a políticas públicas para inclusão produtiva, como crédito, assistência técnica, formação profissional, comercialização e também demandas sobre políticas de desenvolvimento, como a preservação da biodiversidade e patrimônio genético e a construção da agroecologia e da soberania alimentar. Através da marcha, fomos reconhecidas como sujeitos de direitos, ampliaram-se a nossa participação política, as nossas intervenções nos espaços públicos e a construção dos espaços institucionais comprometidos com a execução de políticas públicas”, afirmou Mazé.



Margaridas na luta pela democracia e contra o golpe - “As mulheres não param de marchar” - As mulheres denunciaram o golpe à presidenta Dilma Rousseff, a primeira mulher eleita presidenta do Brasil, que recebeu, em 2011, 100 mil mulheres de todo o país em Brasília. “Pautamos o enfrentamento à violência. Conseguimos os ônibus lilás para chegar às comunidades rurais e dialogar sobre as formas de violência e como a rede de apoio pode contribuir”.

A partir daí, a marcha seguiu pelo Fora Cunha, no ano de 2015, nas ruas de Brasília, depois em defesa da previdência rural para as mulheres e os homens do campo e seu direito de se aposentar aos 55 e 60 anos, respectivamente. Ecoaram os gritos de Lula Livre e Fora Bolsonaro, na 6ª edição Vieram os retrocessos, como a extinção de espaços de diálogo, de participação e de controle social da sociedade civil.

“Na 6ª Marcha, no ano de 2019, nos recusamos a negociar com o governo machista e fascista de Jair Bolsonaro. Mas apresentamos à sociedade a nossa plataforma política com dez eixos temáticos e uma série de proposições políticas sobre agroecologia, saúde, educação, entre outros. A nossa plataforma é a expressão de um projeto de sociedade feminista e antipatriarcal, que pauta a igualdade de gênero, a autonomia das mulheres, o direito de decidir sobre seu próprio corpo”, pontua Mazé Moraes.

Sobre o que temos hoje socialmente apresentado, Mazé ressalta que o contexto é de extrema desigualdade social e econômica, agravada pela pandemia da covid-19. São mais de 33 milhões de

pessoas passando fome no país, sendo, a região Nordeste e as famílias chefiadas por mulheres negras, as mais afetadas. “Não tem como combater a fome sem fortalecer a agricultura familiar. O desgoverno não reconhece o papel desempenhado pelas mulheres com base na agroecologia. E, quando anunciamos a agroecologia, denunciaremos esse modelo de destruição”.

Rumo à Marcha 2023



A 7ª edição da marcha foi lançada em Pernambuco no 11º Congresso Estadual da Fetape no mês de junho e está sendo construída por organizações parceiras no estado. As mulheres tem se organizado para apresentar uma pauta de reapropriação de direitos que foram massacrados por um governo misógino e negacionista, e de defesa pela reconstrução do país.

Em Pernambuco, tem ocorrido as reuniões de comissões estadual de mulheres e dos polos para garantir diálogos

e construir estratégias de incidência e participação. Para Adriana, a vitória de Lula à presidência representa a retomada de direitos, de respeito e de valorização das vidas das mulheres.

Em Brasília, a Contag iniciou o processo de preparação em 2021. Já foram realizadas diversas reuniões com a Comissão Nacional de Mulheres e com a Comissão Ampliada, que envolve as organizações parceiras, com objetivo de analisar a conjuntura política e os desafios centrais.

“As margaridas vão estar nas ruas de Brasília, nos dias 15 e 16 de agosto de 2023, com o lema: Margaridas em Marcha pela Reconstrução do Brasil e pelo Bem Viver”. As mulheres continuam em marcha por um Brasil livre de violência, pelo direito de uma vida com dignidade. “O nosso esperar feminista está na construção coletiva da luta. Continuaremos em marcha até que todas sejamos livres”, concluiu Mazé.



Fetape segue firme e atuante na luta pela regularização fundiária e no combate à violência no campo

Nesses 60 anos de história, a luta pela reforma agrária esteve sempre marcada por muita luta e resistência. Fazendo o recorte nesses últimos dez anos, podemos destacar o processo de mobilização da Fetape e sindicatos dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares no enfrentamento à violência no campo, que aumentou em todo o país e também em Pernambuco. O desmonte nas políticas públicas, a pandemia e a crise econômica agravaram os conflitos de terra e as violações de direitos em comunidades rurais.

Se, nos governos de Lula e Dilma, houve avanços com a criação de diversos programas sociais, a partir do golpe contra a presidenta Dilma, em 2016, a população vivenciou um desmonte nas políticas públicas para a agricultura familiar. A extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o sucateamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) são exemplos da total falta de compromisso dos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro com a reforma agrária e a agricultura familiar.

“Antes do governo Bolsonaro, a gente tinha vários programas sociais em todo país que eram importantes para retirar o povo da pobreza, para organizar a produção com o apoio da assistência técnica da agricultura familiar e a comercialização dos produtos em feiras e no comércio. Nesses últimos quatro anos, não houve o interesse devido para programas sociais.

Mas, com a volta de Lula à presidência, sabemos que a reforma agrária e a agricultura familiar serão prioridades novamente”, analisa a presidenta da Fetape, Cícera Nunes.

O momento atual não tem sido fácil para os trabalhadores e as trabalhadoras rurais, principalmente por quem almeja ter acesso a uma propriedade rural para o exercício do seu direito constitucional a uma moradia e um pedaço de terra para cultivar suas lavouras e criar seus animais, a fim de promover o desenvolvimento da sua família, seja pela reforma agrária convencional ou

aqueles que residem e produzem há décadas nos seus espaços e, ali, viram várias gerações de suas famílias e de toda a sua comunidade se desenvolverem e sofrerem pela pressão do capital financeiro e por empresários que almejam saquear suas terras e expulsar famílias inteiras que, legitimamente, ocupam aquele espaço.

O governo Bolsonaro sucateou as estruturas de governo e reduziu recursos para que a reforma agrária não acontecesse, a exemplo do Incra, que se manteve inoperante durante os seus quatro anos de mandato.



por meio do Programa Terra Brasil, mais conhecido pelo nome Programa Crédito Fundiário (PNCF).

Há, ainda, o agravamento da violência na luta pela terra

Promoveu a titularização às pressas dos imóveis, o que tem tirado o direito das famílias em acessar os benefícios a que têm direito, a exemplo da construção de casas, infraestruturas e diversos créditos que as famí-

lias poderiam acessar até a chegada da posse definitiva com o título da terra. Com a documentação da terra em mãos dos assentados e assentadas, pessoas mal-intencionadas que não são público-alvo da reforma agrária têm pressionado os trabalhadores e as trabalhadoras a venderem suas terras a “preço de banana”. Muitos deles se submetem e entregam suas terras devido aos problemas econômicos que vivem com suas famílias já assoladas pela crise da pandemia e da economia que o Brasil ainda enfrenta.

Os conflitos agrários estão presentes nas três regiões do estado, mas foi na zona da Mata de Pernambuco que a violência se acirrou ainda mais, sobretudo, na pandemia. De acordo com o relatório Conflitos no Campo no Brasil 2021, lançado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), foram 35 assassinatos em 2021, o que corresponde a um aumento de 95% em relação ao ano anterior. Foram 1.100% a mais de mortes em consequência dos conflitos no campo.

São casos de assassinatos, ameaças a trabalhadores/as, destruição de lavouras, contaminação das águas e da produção por pulverização de agrotóxico que até atingem diretamente adultos e crianças. Uma situação desumana, lamentável e absurda, porque essas famílias vivem nessas terras há muitos anos. Elas, seus pais e avós. São gerações e gerações que resistem e lutam pela regularização de suas terras, como já dito.

A morte do menino Jonatas Oliveira, de 9 anos, no Engenho Roncadorzinho, município de Barreiros, escancarou a situação de violência no campo em território pernambucano. Ele foi morto a tiros, por homens encapuzados, no dia 10 de fevereiro deste ano, dentro de casa.



O pai da criança e líder rural Geovane dos Santos foi baleado e era o principal alvo.

Quatro homens foram denunciados pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE) como responsáveis pela morte do menino. A polícia alega que o crime foi cometido por pessoas envolvidas com o tráfico de drogas que queriam comprar a terra ao pai de Jonatas. Mas as entidades do campo e a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal e do Senado denunciam que o caso tem relação com os conflitos de terra.

“De forma muito concreta, o assassinato da criança, as ameaças de mortes a trabalhadores/as, essa destruição de lavouras, de casas, faz parte de um contexto de conflitividade na intenção de se apropriar das terras, não pagar as dívidas públicas e trabalhistas, e lavar a terra e expulsar as famílias para ter uma nova cadeia de produção, que é a pecuária. A gente pode afirmar, com muita convicção, que o assassinato da criança tem a ver com esse estado de conflitividade que passa o campo brasileiro”, destaca o coordenador estadual da CPT, Plácido Júnior, em entrevista

ao podcast da Fetape, A Voz do Campo.

Situações injustas e violentas, como as vividas pela comunidade de Roncadorzinho, são enfrentadas por cerca de 1.500 famílias camponesas posseiras em, no mínimo, oito municípios da zona da Mata de Pernambuco. As áreas em que vivem há gerações ainda estão no nome de usinas falidas e detentoras de débitos milionários fiscais e trabalhistas, a exemplo das usinas Bulhões, Frei Caneca, Maravilha, Cruangi, Estreliana e Santo André.

Outro agravante tem sido os leilões de imóveis rurais, com a venda de terras a preços muito baixos, com fortes indícios de fraudes para lavar terras de usinas endividadadas. Por isso, a Fetape tem cobrado, do governo do estado e ao Poder Judiciário, uma fiscalização rígida e uma atuação judicial firme para que os leilões não sejam manipulados e nem realizados com o objetivo de lavagem de patrimônio e de dinheiro para limpar as dívidas de empresas falidas e historicamente sonegadas.

“Sabemos que o interesse das empresas e dos fazendeiros da região é grande em obter aque-

las terras, e não podemos admitir que a cobiça desses grupos econômicos tenha o aval da Justiça. Seguiremos firmes, como estivemos ao longo desses 60 anos, na defesa dos direitos e da vida dos povos do campo. Que nenhum sangue seja derramado a mais por quem sonha e luta por terra e paz!”, declarou a diretora de Política Agrária da Fetape, Maria do Rozário França.

Com a vitória do governo Lula, abre-se um horizonte de possibilidades: aumento significativo de famílias assentadas pela reforma agrária nas propriedades rurais que não vêm cumprindo sua função social de moradia de famílias, de produção e de preservação ambiental, ou o acesso à terra pelo Programa Terra Brasil, mais conhecido por Programa de Crédito Fundiário (PNCF); a reestruturação do Incra com uma gestão que, de fato, venha a funcionar e com recursos suficientes para a promoção do acesso à terra; redução drástica dos conflitos agrários e o enfrentamento das manobras do latifúndio para lavar terras, através de leilões manipulados e de outros artifícios.

Com tudo isso, fica evidente a necessidade de sensibilizar e organizar o conjunto do MSTTR, bem como as famílias dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do estado de Pernambuco para a implementação da reforma agrária e para ampliar a regularização fundiária. Além disso, faz-se necessária, também, a reestruturação dos assentamentos já existentes, principalmente no que diz respeito ao acesso aos direitos como habitação, infraestrutura de saúde, educação e lazer, bem como o acesso aos diversos créditos e organização da produção para subsistência das famílias, beneficiamento e comercialização da produção, para acesso às mais variadas formas de comercialização,



visando à melhoria da renda e da qualidade de vida das famílias.

A Diretoria de Política Agrária firma o compromisso de atuar na articulação permanente dos poderes públicos, do Poder Judiciário e de parcerias para diminuir fortemente a ameaça que os trabalhadores e trabalhadoras rurais têm enfrentado no campo e buscar a implementação da reforma agrária no estado para o desenvolvimento das famílias assentadas e para o fornecimento de alimentos de qualidade para a população em geral.

Conquista histórica - Agricultores e agricultoras de comunidades em conflitos agrários na Mata Sul de Pernambuco obtiveram uma grande conquista no dia 17 de agosto de 2022. Em audiência no Palácio do Campo das Princesas, o então governador do estado, Paulo Câmara, anunciou a desapropriação do Engenho Roncadorzinho em Barreiros, onde, em fevereiro 2022, o garoto Jonatas Oliveira, 9 anos, foi assassinado.

“Estamos com vocês na busca pelo direito de ter onde morar, trabalhar e plantar. Nós somos trabalhadores e trabalhadoras, quem garante a alimentação de Pernambuco. Quem está vivenciando conflitos e ameaças, não desista! Vamos nos encontrar na luta para conquistar o direito das outras comunidades que precisam de suas terras regularizadas. Em nome de muitos Jonatas, essa luta vai continuar por vida digna e reforma agrária para quem precisa”, declarou Cícera Nunes.

A Comissão de Acompanhamento de Conflitos Agrários de Pernambuco (Ceaca-PE), tem o objetivo de garantir o direito à terra e a efetivação de sua função social. A Fetape integra a comissão e segue cumprindo seu papel em conjunto com os sindicatos de defender os direitos das famílias agricultoras. Basta de violência!



A Lei nº 2285/2021 institui a Política de Segurança e Defesa no Campo, de autoria do deputado estadual Doriel Barros. O projeto prevê, entre outras questões, a qualificação específica de servidores para o desempenho das funções de segurança pública nas zonas rurais; a criação de delegacias especializadas na repressão de crimes nessas localidades; a implantação da Patrulha Maria da Penha Rural em todos os municípios; e a instalação de terminais de autoatendimento em escolas públicas, postos de saúde, igrejas, capelas ou templos e sedes de associações ou cooperativas nas áreas rurais para o registro de boletins de ocorrência, via Delegacia pela Internet.

A construção dos espaços participativos da juventude no Movimento Sindical Rural

Os últimos dez anos marcam boa parte da trajetória da evolução da voz e da participação da juventude rural, reconhecida como tal, dentro do Movimento Sindical Rural. É nesse tempo que a criação da Diretoria de Políticas para Juventude, formalizada em 2006, vai ganhando vez e voz e seus contornos atuais vão se delineando. Foi o tempo também de fortalecer antigas políticas e implementar novas dinâmicas do movimento para esse grupo, como a cota de, no mínimo, 20% de jovens, em todos os órgãos de direção e fiscalização, efetivos e suplentes, a realização de festivais e a organização na Comissão de Jovens Rurais.

Embora a juventude participe ativamente da construção do movimento sindical rural desde o começo de suas ações, na década de 1960 ela não era reconhecida como tal, a partir de suas necessidades e demandas.

A participação da mulher jovem, especificamente, era ainda mais invisibilizada: não poderia ser filiada ao movimento, não tinha vez nas discussões e nas dinâmicas, embora sempre tenha sido presença fundamental e motor do próprio movimento.

Esse cenário começou a mudar por volta da década de 1980, quando, em um cenário de constantes transformações no campo e de amplo êxodo rural, especialmente de jovens saindo do campo, e na necessidade de ter sua voz escutada no movimento, foram criadas as Comissões de Jovens Rurais, organizadas a partir de grupos de base, sendo um grande ramificador das ações do Movimento Sindical Rural e uma cadeia de escuta das demandas da juventude nas suas comunidades.

Esses espaços vão sendo fortalecidos e reconhecidos com o passar do tempo

até chegar à configuração da organização nas comissões municipais de jovens rurais, que se organizam, por sua vez, na Comissão Estadual de Jovens Rurais, a Cejor, criada na gestão 2002-2006. A partir do 10º CNTTR, a implementação da cota de 20% no mínimo de jovens nas direções sindicais desponta como outra importante vitória da juventude rural, para assegurar a participação nas instâncias do MSTTR pela Contag. Por sua vez, se inicialmente os e as jovens eram representados e representadas por uma secretaria na Fetape, a necessidade de ampliação da participação da juventude rural vai resultar na criação de uma diretoria própria, iniciada na gestão 2006-2010.

Esses espaços vão sendo ocupados, tornando a juventude rural um ator importante para a garantia de políticas públicas e direitos para melhores condições de se manter no campo, garantindo, assim, a sucessão rural. Mas mais que isso: proporcionam o diálogo e o acolhimento de questões das juventudes diversas do estado, em trocas com outros estados, principalmente a partir de ações culturais e desportivas.

Festivais mobilizando a juventude rural

Uma das principais estratégias de mobilização da juventude está em entender quais as suas demandas, mas também abrir espaço para que a própria juventude rural possa indicar



soluções e construir seus próprios espaços de mobilização e trocas. Nesse contexto, salienta-se a realização de festivais de jovens nos âmbitos estadual, regional e nacional.

O ano de 2022 contou com a 7ª edição do festival estadual – a primeira presencial depois do início da pandemia e após a realização dos Festivais da Juventude Rural Conectada, promovido pela Contag de forma online nacionalmente, com jovens de todo o país em 2020 e também 2022, em virtude da pandemia de covid-19. Na edição presencial, mais de 300 jovens e lideranças políticas e sindicais do nosso estado se reuniram no município de Garanhuns, para a construção da carta política para o 4º Festival Nacional da Juventude Rural, que acontecerá em Brasília, em abril de 2023. Enquanto região, o Nordeste também tem se preparado para participar. Em novembro desse ano, aconteceu o 2º Festival Regional da Juventude Rural, na cidade de Maceió (AL), como preparativo regional para o evento nacional. São redes e cadeias que vão se tecendo em diversos âmbitos para o fortalecimento das trocas e do poder de incidência da juventude rural organizada.

“É muito importante dialogar que dentro dos festivais temos a parte de articulação política, fazendo esse debate, temos a parte esportiva, a parte lúdica e a parte cultural. É um lugar que dá resultado, a juventude se vê como sociedade, ganha peso nas decisões políticas, o que vai respingar dentro do próprio movimento”, avalia Adriana do Nascimento, que ocupou a Diretoria de Políticas para a Juventude de 2010 a 2018, sendo atualmente diretora de Política para as Mulheres.

Juventude e Mulheres: pautas que dialogam



É importante salientar que a luta da juventude vai crescendo muito atrelada à luta das próprias mulheres dentro do movimento. A intersecção da mulher jovem traz o debate para ambos os grupos, lutando por políticas ao mesmo tempo para mulheres e para jovens. “Quando a luta das mulheres cresce, a luta da juventude também cresce. A paridade vem junto com a cota de jovens, e um lado vai fortalecendo o outro. Quando a mulher passa a poder se filiar, vão se percebendo outros sujeitos atuantes, aliados nessa construção. O ganho aqui vai ser o ganho ali, as mulheres jovens, por exemplo, estão na juventude e nas mulheres”, coloca Adriana.

O fortalecimento dos espaços de jovens, nesse sentido, pode também abrir as portas para maior participação e decisão de outros grupos historicamente invisibilizados no movimento, como os grupos LGBTQIA+ e de pessoas negras.

A participação da juventude, em especial das mulheres jovens, fica evidente a partir de uma constatação: são as mulheres jovens as primeiras a ocuparem os cargos de direção de Políticas para Juventude, inicialmente na secretaria, criada em 2002 e ocupada por Lucenir dos Santos Silva, e depois na diretoria, inicialmente ocupada por Cícera Nunes, hoje no cargo de diretora da Presidência da Fetape. Adriana Nascimento ocuparia a diretoria em seguida, e, apenas em 2018, um homem viria a ocupar esse lugar: Antonio Neto, de 2018 a 2022

Mobilização que não pode parar

Foi exatamente nesse período que a juventude rural mais sentiu o peso do governo de extrema-direita. Houve o corte de políticas públicas para o campo de um modo geral, e, em especial, a extinção do Pronaf Jovem e de outros créditos voltados para esse

grupo. Além disso, a partir de 2020, a pandemia de covid-19 passou a impossibilitar os encontros presenciais, tão necessários para o engajamento jovem. Mas, diante do cenário de fragilização do campo, e ainda mais de jovens e de mulheres, a mobilização não podia parar.

“Foram momentos muito difíceis, especialmente para juventude, que não podia ir para as escolas e faculdades, e teve sua formação superprejudicada, além de outros grandes problemas, de crise financeira, caos na saúde, e morte de pessoas. Foi nesse contexto que iniciamos uma nova forma de organizar e mobilizar nossa juventude. Realizamos várias atividades on-line, seminários, reuniões, festivais virtuais, e trabalhamos também com peças nas redes sociais”, conta Antonio Neto, que hoje ocupa a Diretoria de Política Agrícola na Fetape.

Também o período das eleições municipais, em 2020, exigiu atenção especial da diretoria. “Mesmo neste contexto de pandemia, tivemos vários debates que ensejaram importantes candidaturas jovens do MSTTR, e a participação da nossa juventude em outras candidaturas que defenderam nossas pautas. A empolgação do festival estadual também fez com que nossa juventude se engajassem com força nas campanhas para eleger nossos deputados, nossa senadora, e o presidente Lula”, comenta Antonio Neto.

O que esperar para o futuro?

Agora, em 2022, com a amenização da pandemia e dos espaços presenciais de luta, tão importantes para a juventude, e com a eleição de Lula para um terceiro mandato, surgem novas esperanças no horizonte. É hora de reverter o quadro de perda de direitos da juventude rural no governo Bolsonaro e começar já a fazer as incidências necessárias para a garantia de direitos e as conquistas de novos outros.

É preciso também fortalecer os espaços de participação que são as comissões de jovens, a partir da comissão estadual, das comissões de polo e das municipais, porque são elas que vão falar diretamente com a juventude que está na base no campo, para chegar onde a juventude esteja. “Precisamos também investir em formação política sindical e partidária, na base, na comunidade, nas associações, a partir dos anseios das e dos jovens do campo, também como forma da juventude se sentir atraída a ir e participar do sindicato e do próprio Movimento Sindical Rural”, defende José Severino Silva, Dedé, diretor de Política para a Juventude da Fetape.

A disputa por direitos e pela

participação política teve início já no plano de transição de governo do presidente Lula. “Nós tivemos, na equipe de transição do governo, a nossa secretária nacional Mônica Buffon [secretária nacional da Juventude Rural da Contag] que está dialogando com os demais movimentos sociais. Então, a gente precisa trazer essas bandeiras de luta de volta. Sabemos que é difícil, mas sabemos que somos capazes se a gente se unir realmente”, adiciona Dedé, que defende uma articulação da juventude rural também com a juventude urbana, periférica e negra, para que possam lutar juntos e juntas por mais espaços de voz, vez, participação e decisão.



Um olhar atento aos processos de envelhecimento e o reconhecimento a pessoas da terceira idade e idosos/as pelas contribuições ao MSTTR-PE

Por um envelhecimento digno e saudável! Na última década, a Fetape pautou, dentro dos sindicatos e do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), o papel político e social da terceira Idade e pessoas idosas do campo.

Um dos principais instrumentos foi a criação da Diretoria de Política da Terceira Idade e Idosos e Idosas Rurais no ano de 2014, durante a gestão do ex-presidente e atual deputado estadual Doriel Barros. Outra ferramenta importante foi a realização da Campanha de Valorização da Pessoa Idosa do Campo, realizada pela Fetape, por meio da mesma diretoria. A campanha foi lançada no ano de 2016 durante a 2ª Plenária Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Terceira Idade, Idosos e Idosas, em Luziânia (GO).

O objetivo foi fortalecer o entendimento de que os idosos e idosas não são somente contribuintes do Movimento Sindical Rural, mas trazer à tona o reconhecimento pela militância e dedicação para construção da história do movimento, como também promover discussões sobre o envelhecimento humano no campo.

“Com muita alegria, falamos de um trabalho inédito, que marcou a experiência nos dois mandatos. Reconhecer as pessoas idosas como sujeitos políticos e estimular a reflexão sobre esta fase da vida e os desafios do que significa envelhecer no campo serviu de exemplo para outras federações do Brasil e para Contag. Foi um tempo de muito aprendizado”, enfatiza o ex-diretor da pasta, Israel Crispim.

Outras ações realizadas foram o Curso de Formação Política para Terceira Idade, Idosos e Idosas, através da Enfoc formando 2 duas turmas, e a participação na pesquisa sobre as estratégias de comunicação em saúde produzidas para pessoas idosas do campo, durante a pandemia da Covid-19. O estudo fez parte da pesquisa sobre Saúde Pública da Fiocruz Pernambuco, e entre outras questões, mostrou a necessidade de serem construídas informações específicas para o público



da terceira idade, sobretudo para pessoa idosa do campo.

Outro passo importante foi dado no ano de 2021, quando, no Congresso da Contag, foi aprovada a criação de coordenação e coletivos de diretorias dos idosos e idosas em todas as instâncias do MSTTR.

De acordo com a nova diretoria, o público da terceira Idade

idosos e idosas rurais é muito ativo no campo, participa diretamente das atividades produtivas, garantindo alimentação saudável para consumo da família, cuida das criações, comercializa o excedente da produção, são guardiãs das sementes crioulas, das histórias de vida e lutas sociais, sobretudo da luta de fortalecimento e manutenção do MSTTR no que diz respeito principalmente ao processo de mobilização e organização social do movimento.

Portanto, a valorização da terceira idade, idosos e idosas rurais é uma campanha que precisa ser trabalhada desde o momento que a juventude é mobilizada e começa a fazer parte do MSTTR. Deve ser permanente, pautada e debatida por todas as diretorias e faixas etárias que compõem o movimento sindical. Desta forma, estaremos legitimando e valorizando toda trajetória da luta vivenciada, garantindo a manutenção contínua e o fortalecimento do MSTTR.



Eleições 2022

Plantamos sonhos e colhemos esperança!

Ao longo dos seus 60 anos de história, a Fetape sempre entendeu que ação sindical é um ato político que, para fortalecimento da luta por direitos para os agricultores e agricultoras familiares, deveria estar presentes na construção de um projeto político que fosse justo, solidário e democrático. Porém, foi a partir de 2010, quando conseguimos conquistar o sonho de ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa, com o primeiro agricultor familiar eleito, o companheiro Manoel José dos Santos, falecido em 2015.

Nas eleições de 2022 celebramos a reeleição dos deputados orgânicos Carlos Veras, para a Câmara Federal, e Doriel Barros, para a Assembleia Estadual. Essa vitória, com o apoio do Movimento Sindical Rural de Pernambuco, significa o reconhecimento do trabalho e do compromisso que eles tiveram com o povo pernambucano. Juntos, continuarão sendo a voz ativa de milhões de trabalhadores e trabalhadoras rurais ao lado do presidente Lula, que venceu as eleições de 2022 e vai presidir o Brasil pela terceira vez.

Em quatro anos de mandato, o deputado federal Carlos Veras foi fundamental para a melhoria da vida de agricultores e agricultoras familiares, pois foi o coautor da Lei do Vale Gás, protegeu os trabalhadores e as trabalhadoras rurais da Reforma da Previdência, impediu despejos durante a pandemia, votou pelo piso da Enfermagem, barrou a cobrança de mensalidade nas universidades federais, entre outros projetos importantes para uma melhor

de vida no campo e na cidade. Carlos Veras foi reeleito com mais de 127 mil votos e vai representar a agricultura familiar por mais quatro anos no parlamento federal.

“É uma responsabilidade imensa ser o primeiro agricultor familiar eleito e reeleito, e com ampliação de votos. Isso mostra que a agricultura familiar tem evoluído na sua consciência de classe, da importância de ter agricultores e agricultoras familiares ocupando os espaços na política. Esse resultado traz para mim uma grande alegria e uma sensação de reconhecimento e do trabalho feito pelo conjunto da agricultura familiar, dos nossos sindicatos, da Fetape, da CUT. Eu quero agradecer muito a cada agricultor e agricultora, que sabe a importância da ocupação desses espaços pra gente continuar protegendo os nossos direitos e ampliando as lutas e conquistas para o homem e a mulher do campo”, destacou Veras.

Na Assembleia Legislativa dando continuidade ao legado de Manoel Santos, também foram quatro anos de muitas conquistas. O deputado estadual Doriel Barros foi autor da Lei da CNH Gratuita

promoveu articulação para o programa Chapéu de Palha Emergencial, que contemplou trabalhadores e trabalhadoras da cana-de-açúcar e da pesca artesanal, articulou, com o governo do estado, R\$ 10 milhões para compra de alimentos da agricultura familiar por meio do Programa Estadual de Aquisição de Alimentos (Peaaf), além de ter sido autor de projetos importantes para a juventude rural e a segurança no campo. Doriel obteve mais de 65 mil votos nas eleições de 2022 e se tornou o segundo agricultor familiar reeleito deputado estadual.

“Uma honra muito grande poder continuar representando a classe trabalhadora, principalmente os trabalhadores e as trabalhadoras rurais. Dizer a todos vocês, eleitores e eleitoras, a cada liderança sindical, e a cada um de vocês que fez o trabalho de militância, de articulação, de mobilização, que vou devolver essa confiança com o mesmo trabalho e luta para gente voltar a ter diversos programas sociais que foram extintos. Ao lado do presidente Lula, vou trabalhar para trazer a esperança e a dignidade aos pernambucanos e pernambucanas”, disse Doriel.



Representatividade na política partidária

A Fetape, ao longo dos anos, tem estimulado as lideranças sindicais a colocarem seus nomes à disposição de cargos eletivos. Na última década, houve uma ampliação da participação de sindicalistas rurais em espaços políticos, seja nas câmaras municipais, nos governos municipais, na Assembleia Legislativa ou na Câmara Federal. Essa representatividade reforça a estratégia de fortalecimento do projeto alternativo de sociedade.



A compreensão de que só iremos construir uma sociedade mais igualitária, justa e solidária para a classe trabalhadora só é possível com a participação direta de trabalhadores e trabalhadoras na disputa do projeto político. A Fetape nesses 60 anos vem dando sua contribuição para o fortalecimento para um Brasil mais democrático e participativo. Viva a unidade da classe trabalhadora, viva o Brasil, viva os trabalhadores e trabalhadoras.

Depoimentos de ex-presidentes

Nativo Almeida

Ex-presidente da Fetape
(1973-1975 e 1975-1978)



“”

Na minha gestão (1973 - 1975, e de 1975-1978) era a época do governo ditatorial. Era preciso muita cautela para não sofrer penúrias da lei. Meu irmão Euclides foi impedido de dirigir a Fetape. Seria nomeado um interventor na época. Nessa época fizemos um trabalho de reconquistar sindicatos da Mata Sul que estavam sob intervenção da Delegacia Regional do Trabalho. Fizemos um trabalho de conscientização para esclarecer trabalhadores sobre seus direitos.

Outra conquista grandiosa foi o Estatuto da Terra, criado em 30 de novembro de 1964, com apoio da Fetape. Antes disso tinha a Lei do Sítio. O trabalhador tinha direito até 2 hectares de terra ao redor de sua moradia para plantar lavoura de subsistência.

Aristides Silva

Presidente da Contag e
ex-presidente da Fetape
(2002-2006 e 2006-2010)



“”

A Fetape nasceu das lutas da Mata, Agreste e Sertão. As greves de 1979 e 2005 deram força ao peão. Que a seca não me condene, a ocupação da Sudene produziu transformação.

A Fetape foi a primeira fundada e reconhecida, pioneira na construção de uma Contag aguerrida. São três pernambucanos que presidiram por mais anos a nossa Contag querida.

As conquistas foram tantas: Pronaf, Terra Previdência, protagonismo das mulheres, juventude e resistência. Manoel, Veras e Doriel, eis aí a prova mais fiel do crescer da consciência.

Parabéns, Fetape, pelos seus 60 anos de lutas e conquistas!

Doriel Barros

Deputado Estadual
e ex-presidente da Fetape
(2002-2006 e 2006-2010)



“”

Quero cumprimentar toda a direção e os/as funcionários/as da Fetape pelos 60 anos de atuação da instituição em nosso estado. A Fetape, com muita força, tem cumprido um papel de representar, defender, mobilizar e organizar os trabalhadores e as trabalhadoras rurais em Pernambuco. Dessa forma, tem se consolidado uma história de lutas e conquistas pelo povo do campo.

Na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável e solidário. É caminhando que se faz o caminho. E a Fetape vem seguindo em uma luta diária por melhores condições de vida para trabalhadores e trabalhadoras rurais.

O nosso mandato sempre esteve e sempre estará ao lado dessa federação, de seus associados/as e de homens e mulheres do campo. Viva a Fetape, são 60 anos de força, resistência e coragem!

depoimentos

Parcerias



Alexandra Silva
Presidenta do SERTA

“Passando para desejar as felicitações pelos 60 anos de luta, de resistência, de motivação e de inspiração à Fetape, por todo o trabalho que vem desenvolvendo em prol do fortalecimento da agricultura familiar no estado de Pernambuco.”



Graciete Santos
Presidenta da Casa da Mulher do Nordeste

“Venho aqui saudar e parabenizar a Fetape pelos seus 60 anos de luta em defesa dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais de Pernambuco. E também por políticas públicas para a agricultura familiar. Deixamos aqui a nossa saudação, o nosso abraço a cada pessoa que compõe, hoje, a Fetape. Muitos anos de vida e parabéns pelo trabalho.”



Maria Cristina
Coordenadora do Centro Sabiá

“O Movimento Sindical Rural e a Fetape são parceiros históricos do Centro Sabiá, desde quando, junto com o sindicato de Bom Jardim e o sindicato de Santa Cruz da Baixa Verde, o Centro Sabiá ajudou na criação das comissões de agricultura, que posteriormente vieram a se transformar na Associação dos Agricultores Agroecológicos de Bom Jardim, a Agroflor e na Associação de Desenvolvimento Sustentável da Serra da Baixa Verde, a Adesul. Parabéns, mais uma vez, um ótimo congresso e salve o legado de Manoel Santos!”



Socorro Santos
Educadora popular,
professora da UFCG e
Diretora de Educação
do Campo
e Educação Indígena do
Ministério da Educação
(Secadi/MEC)

“60 anos de luta da Fetape, luta e resistência em prol dos direitos da classe trabalhadora do campo de Pernambuco. Herdeira das ligas camponesas, traz, na sua origem, a luta pela terra, pela reforma agrária. Tem um papel fundamental na organização e na luta dos assalariados da cana de açúcar. Inclusive coordenando a primeira greve dos canavieiros do nosso país. Em plena ditadura militar, organiza a classe trabalhadora assalariada e faz com que a pauta do direito à organização dos trabalhadores entre na agenda do dia. Luta importantíssima inclusive, na defesa da redemocratização do nosso país, mas ao longo do tempo, vai ampliando suas pautas e vai incorporando cada vez mais sujeitos que ficaram excluídos da organização sindical ao longo da história. Cada vez mais ao incorporar a pauta da defesa das políticas para convivência com o semiárido, para organização da produção, inclusive debatendo, defendendo e praticando uma transição numa perspectiva digna da agroecologia, vem fortalecer a agricultura familiar camponesa do estado de Pernambuco. Traz, para dentro da sua organização e das diretorias, as mulheres trabalhadoras, que sempre tiveram papel determinante na história dessa organização e que cada vez mais assumem um protagonismo nas direções dos sindicatos e da federação. A juventude cada vez mais se torna mais incluída na pauta da entidade. Essa diversidade dos sujeitos camponeses se torna fundamental para a representatividade da federação dentro do estado. Incorporando inclusive pautas que são estratégicas, como a luta pela sustentabilidade ambiental, como a luta em defesa da educação no campo, e como a importância de se ter cada vez um trabalho na base e um processo de formação sindical permanente, contínuo e orgânico à entidade”.



José Carlos

Reitor do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE)



Edilázio Wanderley

Ex-Secretário de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude de Pernambuco



Danilo Cabral

Ex-Deputado federal

“Vim aqui para parabenizar todos que fazem a Fetape, pelos 60 anos de luta, 60 anos de resistência, fundamentais para o avanço político dos trabalhadores rurais do estado de Pernambuco. Nós aqui do IFPE, temos muito orgulho de caminhar ao lado da federação desde 2018, quando fechamos um acordo de colaboração técnica. Os frutos desse acordo, dessa parceria, só comprovam a importância da Fetape no desenvolvimento social do campo.

Juntos, temos realizado buscas ativas em meio às comunidades camponesas para o nosso processo de ingresso no IFPE. Tenho certeza de que essa parceria vai render muito mais frutos porque o IFPE e a Fetape dividem os mesmos anseios por democracia e justiça social, nessa estrada, vocês também são professores.

Parabéns à presidenta Cícera Nunes e a todos e todas membros da federação. Que vocês continuem avançando por muitas décadas. Vida longa a Fetape!”

Passo para deixar meus parabéns para a nossa querida Fetape. Que, nesses 60 anos, nós possamos renovar o nosso espírito de resistência e de luta para trazer, cada dia mais, conquistas para as mulheres e os homens do campo. No nome de Cícera Nunes, nossa querida presidenta, eu quero cumprimentar todos que compõem a Fetape, todos que fazem parte desta grande família. E dizer que contem conosco também para que nós possamos enxergar, cada vez mais, dias melhores para a população rural do estado de Pernambuco. A Fetape, que tem tanta tradição de luta, que forjou tantos nomes importantes para o nosso estado, a exemplo do nosso querido Manoel Santos, Agápito, Sr. Zé Rodrigues, Doriel Barros, Aristides, tantos outros que contribuíram muito para o desenvolvimento rural do nosso estado. Então, hoje, a Fetape tem uma missão muito mais ampla do que a defesa dos trabalhadores rurais. É construir políticas públicas para todo o estado de Pernambuco, e nós esperamos poder contar nessa trincheira de luta, para que a gente tenha um Pernambuco cada vez mais forte e, daqui pra frente, sempre melhor. Forte abraço!”

Olá, amigos e amigas da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Pernambuco. Estou passando aqui para deixar um abraço de parabéns à entidade pelos seus 60 anos de luta em defesa dos trabalhadores e das trabalhadoras da agricultura. Neste momento que a gente está vivenciando no país, mais do que nunca, precisamos valorizar a organização da luta do povo. E valorizar ainda mais esse espaço que fala sobretudo para aqueles que fazem o mundo rural e agricultura familiar, que faz chegar à mesa do povo brasileiro 70% dos seus alimentos. Eu quero deixar um abraço a todos e também reafirmar meus compromissos com a entidade, para que possamos juntos construir um Pernambuco melhor para os trabalhadores e as trabalhadoras rurais de todo o estado de Pernambuco.” Um grande abraço a toda a Fetape!”



Humberto Costa
Senador

“Olá, todo pessoal da Fetape, eu quero deixar aqui o meu abraço fraternal à nossa presidenta, companheira Cícera, dizer da minha alegria de poder estar participando desta comemoração dos 60 anos da Fetape, que representa os trabalhadores da agricultura familiar, mas que é muito mais que uma entidade sindical. A Fetape é uma entidade da luta democrática do povo de Pernambuco, foi fundamental em muitos momentos de enfrentamento à ditadura militar e de construção da democracia. Por isso, eu quero desejar a vocês muitos e muitos anos de vida, de luta e de defesa da liberdade e da democracia no Brasil. Viva a Fetape!”



Gilvan Antunes

Presidente da Fetaepe

“Olá, companheiros e companheiras! É com muita alegria que nós, trabalhadores assalariados e assalariadas rurais, em nome de todos que fazem o movimento sindical, parabenizamos a nossa Fetape pelos 60 anos de luta e de resistência. Parabéns à nossa Fetape, parabéns aos agricultores e às agricultoras familiares do nosso estado de Pernambuco. Precisamos seguir a luta, unidos nessa parceria. Viva a nossa Fetape!”



Marluce Melo

Coordenadora Estadual da Comissão Pastoral da Terra (CPT)

“Parabéns à Fetape pelos seus 60 anos. Conheci a Fetape no final dos anos 80 nas áreas de conflito de Pernambuco, reivindicando reforma agrária. Então a Fetape, nesses 60 anos, esteve presente na luta pela reforma agrária, na luta pelo direito dos assalariados e assalariadas da cana e na organização das mulheres. Que continue a luta pelos povos do campo, Fetape!”



Tales Matos

Coordenador Geral da ONG Chapada

“A Fetape é uma instituição sindical que representa agricultores e agricultoras familiares do estado de Pernambuco e sua participação é muito importante para lutas e garantias de direitos que são de grande importância para os agricultores e agricultoras familiares do estado de Pernambuco. Uma entidade tão importante, que está sempre buscando melhorias nas políticas públicas para agricultores e agricultoras familiares de Pernambuco.”



Carlos Veras

Deputado Federal

“Olá, companheiras e companheiros. Eu sou Carlos Veras, agricultor familiar, dirigente sindical e deputado federal pelo PT de Pernambuco. 60 anos de lutas, conquistas e resistência da nossa Fetape. Como deputado federal, tenho a satisfação de, ao lado da federação, ter lutado para garantir a aposentadoria rural, para garantir os direitos previdenciários que Bolsonaro queria acabar. Para garantir a existência do Banco do Nordeste, não deixamos privatizar. Para garantir o crédito para cada agricultor e agricultora. Os tempos são difíceis, mas se não fosse a nossa federação, a vida do nosso agricultor e da nossa agricultora seria muito mais difícil. A Fetape é um símbolo de resistência, luta e conquistas. Parabéns! Parabéns a cada um e a cada uma que faz a nossa Fetape. Vida longa à Fetape, aos trabalhadores e às trabalhadoras rurais.”

“Venho parabenizar a Fetape pelos seus 60 anos de vida, de muita luta, nascida às vésperas do golpe de 64, o enfrentou e, no final dos anos 70, início dos anos 80, fez diversas greves dos canavieiros, que foram fundamentais para garantir diversos direitos hoje daquela categoria, também tem tido profunda atenção à agricultura familiar. Parabéns à Fetape pela atenção que dá aos jovens, aos idosos e às mulheres, que segue dando atenção a Paulo Freire, assim seguem em marcha, em marcha do Grito da Terra, em Marcha das Margaridas e em marcha contra o golpe de 2016. Parabéns à Fetape, que continua regando a esperança de construir um Brasil muito melhor, um Brasil justo para a classe trabalhadora, parabéns pelos seus 60 anos e que, daqui a algum tempo, comemoremos mais outros 60 anos. Um abraço de todos e todas que fazem a CUT!”



Paulo Rocha

Presidente da Central Única de Trabalhadores (as) de Pernambuco (CUT-PE)



Waneska Bonfim

Coordenadora da Diaconia



João Paulo

Deputado estadual



Teresa Leitão

Senadora

“Estou aqui, em nome de toda equipe da instituição, para parabenizar pelos 60 anos de existência da Fetape, que atua em parceria com a Diaconia há muitos anos, especialmente no Sertão do Pajeú e, pra nós, é uma honra fazer parte da história da federação em alguma medida, na relação com os sindicatos, na relação com as famílias agricultoras, e, ao completar 60 anos de história, de luta pela agricultura familiar, é preciso celebrar. E, para nós, nesse momento, fazer parte dessa homenagem e dessa celebração conjunta é também fazer parte um pouco dessa história. Estamos todos muito felizes, queremos reafirmar nossa parceria ao longo de muitos e muitos anos!”

Venho aqui falar da alegria desses 60 anos de luta da Fetape em defesa da democracia, em defesa do direito dos trabalhadores. Tive a oportunidade de acompanhar essas lutas desde o tempo de resistência à ditadura, com as grandes greves dos canavieiros ao qual eu também me incorporei a essa luta junto com vocês. Venho desejar mais muitos e muitos anos de vida, de luta e de resistência em defesa dos trabalhadores, tendo à frente essa guerreira, companheira Cícera, mas também teve outros companheiros de muita luta, muita resistência, como Manoel de Serra, como Zé Francisco, como Doriel, entre outros companheiros. Vida longa à Fetape, Lula Presidente!”

“Quero, de forma muito afetuosamente, comemorar os 60 anos de vida da Fetape, essa longa trajetória tem trazido muitos ensinamentos para o movimento sindical, para o homem e a mulher do campo e, sobretudo, para uma intervenção organizada nas políticas públicas da agricultura familiar. Meus parabéns a todos vocês que fazem a Fetape. Conheço a Fetape desde o tempo do saudoso Manoel Santos. Atravessei, como sindicalista, muitos caminhos conjugados com a luta da Fetape e quero dizer que esta é uma entidade necessária para a democracia, para as políticas públicas e para representação política e social. Em nome da companheira Cícera Nunes, meu abraço fraterno a todos que fazem esta entidade.



Paulo Pedro

Coordenador da ONG
Caatinga

“Parabéns a todos que fazem esse grande instrumento de luta e resistência pela agricultura familiar, pela reforma agrária. Somos parceiros fortes aqui no estado, especialmente aqui no Araripe. Aqui da Região da Caatinga, no Araripe, temos parcerias, com sindicatos, com o polo sindical e a nível de estado, temos a ASA - Articulação no Semiárido Pernambucano, onde atuamos. Parabéns, em nome de Cícera, a todos e todas, companheiros e companheiras que fazem parte dessa grande organização, dessa grande instituição que tanto tem lutado e conquistado políticas públicas adequadas para a agricultura familiar de Pernambuco, mas emanando toda uma luta a nível de país, a nível de Brasil. Valeu, feliz aniversário! Vida longa para a Fetape, nesse seu mais de meio século de vida e resistência!”



Selvino Heck

Coordenador do Conselho de Educação Popular da América Latina e Caribe (Ceaal)

“Falo em nome do Ceaal, o Conselho de Educação da América Latina e Caribe, do qual Paulo Freire foi o primeiro presidente. O Ceaal diz parabéns mil à Fetape pelos seus 60 anos. A Fetape tem sido parceira na campanha latino-americana, caribenha, africana em defesa do legado de Paulo Freire, junto com a Escola Nacional de Formação da Contag, a Enfoc Contag. A Fetape diz: ‘Liberdade para lutar, educação para transformar.’ Parabéns, mil, Fetape! Paulo Freire vive!”



Paulo Ubiratan

Ex-presidente do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras da Educação de Pernambuco (Sintepe)

“Companheiros e companheiras, venho aqui, em nome do Sintepe e da sua presidenta, Ivete Caetano, parabenizar a Fetape pelos seus 60 anos. Num país onde a miséria cresce a cada dia, de onde é retirado, dos pratos dos trabalhadores, o seu alimento, e é retirado do homem do campo e da mulher do campo a capacidade de lutar pelo seu sustento, a Fetape é um instrumento fundamental, foi na sua história, é no seu presente e será no seu futuro um instrumento fundamental para a classe trabalhadora e para o povo brasileiro. Pernambuco se orgulha da Fetape, a CUT se orgulha de ver a Fetape, e o Sintepe parabeniza a Fetape pelos seus 60 anos. Viva a Fetape! Viva a luta da classe trabalhadora! Viva a mulher e ao homem do campo!”



Suzi Rodrigues

Superintendente Regional do Trabalho em Pernambuco

“Quero parabenizar a Fetape pelos 60 anos de luta, de resistência e de conquista. A Fetape é o exemplo de organização e empoderamento das mulheres e de abranger um debate tão difícil que é o debate da segurança alimentar. É trabalhar com agricultura familiar, escoar esse produto e, acima de tudo, organizar os trabalhadores e trabalhadoras rurais. Quero parabenizar a todos, em especial à presidenta Cícera! Meu forte abraço para você Cícera e para toda a sua direção! Meus parabéns, Fetape!”



Joana Santos

Coordenadora executiva da Escola de Formação Quilombo dos Palmares (Equip)

“Quero, em nome da companheira Cícera Nunes, parabenizar todos que fazem a Fetape e dizer que, em nome dessa parceria, que desde a trajetória, há 30 anos atrás, da Escola de Formação Quilombo dos Palmares, a gente sempre manteve essa relação parceira e de muita cumplicidade na luta dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais na formação política, no campo da educação popular e dando continuidade nessa relação parceira no seminário de análise de conjuntura, nas relações construídas coletivamente no Ceaal, no Centro da Educação Popular da América Latina e Caribe, sendo, a Fetape, nossa grande parceira nesses espaços. Parabéns a todos vocês que fazem essa grande federação. Obrigada!”

